

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema do empreendedorismo social surgiu a partir da minha atividade profissional no Sebrae/RJ como gestor de projetos em “Territórios Específicos”, nas áreas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), caracterizados por baixo IDH¹, informalidade dos empreendimentos locais, altas taxas de desemprego, porém, que tenham um nível de organização interna com capacidade de desenvolver um capital social estimulando a geração de trabalho e renda. Por meio deste trabalho de acompanhamento das ações dos projetos apoiados pelo Sebrae/RJ comecei a tomar contato com projetos sociais com foco na geração de trabalho e renda.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstrou que na RMRJ em 2006, o desemprego era mais elevado entre as mulheres (14,79%), comparado com o desemprego entre os homens (9%). Este dado ajuda a entender porque a maioria destes projetos é composta por mulheres, pois elas têm mais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho formal, pelo nível de vulnerabilidade social que elas apresentam: tem nível de escolaridade baixo, pouca qualificação profissional, são mães chefes de famílias, muitas com idade entre 30 e 40 anos, e moram nas favelas ou na periferia da RMRJ. As mulheres que moram na periferia sofrem o efeito do local de moradia, ao que chamo de exclusão espacial relativa. Fator que interfere nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho mais dinâmico: Centro da cidade e Zona Sul.

Minha inquietação começou por querer descobrir o que estava por trás deste fato que aparentemente não diz muita coisa, mas percebi que havia algo de estranho e recorrente com um determinado grupo de pessoas, especificamente, mulheres pobres, vivendo nas favelas ou nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado no início dos anos 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a partir de três indicadores: a longevidade, a educação e a renda – esta última sendo medida pelo poder de compra da população, baseado no Produto Interno Bruto per capita ajustado ao custo de vida local, que permite comparações entre países (e regiões). IBGE.

Desde 2005 tenho estado à frente de um projeto de desenvolvimento local no Complexo da Maré, e em 2007 assumi a coordenação do programa de “Empreendedorismo Social” criado pela diretoria do Sebrae/RJ com o objetivo de oferecer maior apoio de gestão empresarial às formas alternativas de geração de trabalho e renda localizada em algumas comunidades de baixo IDH: Complexo da Maré e Rocinha, e em Nova Iguaçu, na periferia do Rio de Janeiro. A iniciativa deste programa converge com a proposta do Governo Federal de criar portas de saída para os beneficiários da Bolsa Família. A intenção do governo, assim como a do Sebrae, é promover a inclusão dos beneficiários do programa em iniciativas produtivas, com o fomento de micro e pequenos negócios e na criação de postos de trabalho.

Ao analisar os dados disponíveis do Ministério da Ação Social identificamos que o maior número de beneficiários do programa Bolsa Família está nas cidades e não no campo (área rural), o que demonstra que o fato de viver no meio urbano não é certeza de prosperidade, pelo contrário, é um lugar de incertezas.

A partir daí surgiu à idéia da pesquisa sobre o tema do empreendedorismo social. Minha hipótese de trabalho é a de que, as formas alternativas de trabalho e renda organizadas pelos projetos de empreendedorismo social proporcionam para as pessoas participantes dos grupos produtivos um tipo de cidadania social. É um tipo de cidadania que não está vinculada ao Estado, por outro lado este tipo de cidadania atende demandas específicas de cada grupo, que nem o Estado, nem o mercado oferece, ficando por conta das ONGs, associações de moradores, escolas de samba, cooperativas, grupos autônomos formados por mulheres.

Minha hipótese, então, leva a analisar se as iniciativas de geração de trabalho e renda por meio do empreendedorismo social contribuem para mudar as condições de vida dessas pessoas participantes destes projetos. No decorrer da pesquisa iremos verificar três aspectos fundamentais para discutir o tema do empreendedorismo social: 1) a organização sócio-espacial urbana; 2) a qualidade da cidadania das pessoas que habitam os espaços populares; e 3) as possibilidades e desafios do empreendedorismo social frente à reestruturação produtiva no mundo do trabalho.

O método para o desenvolvimento da pesquisa está pautado na análise empírica dos grupos e suas experiências de empreendedorismo social, que tenho

acompanhado desde 2005; análise de algumas entrevistas com as pessoas dos grupos, e na análise teórica das três questões indicadas, por meio de bibliografia relacionada aos temas.

A partir do contato com os grupos comecei a definir uma estratégia de abordagem do tema: busquei uma bibliografia que me ajudasse a interpretar o que eu, de alguma forma, já começava a perceber como aspecto recorrente nas favelas e periferia; a saber, o surgimento destas iniciativas como alternativas de geração de trabalho e renda.

A metodologia terá um foco teórico sobre os três aspectos citados acima, verificando qual a correlação que estes três aspectos têm entre si, considerando que cada um deles se conecta num cenário, a RMRJ, onde a proposta de geração de trabalho e renda, por meio do empreendedorismo social, tem se constituído como uma estratégia de sobrevivência para algumas pessoas que moram nas favelas e periferia. Nos casos que demonstrarei, as mulheres.

Meu trabalho de campo me permitiu um contato diário com os grupos, onde pude observar aspectos importantes para a discussão que estou propondo. Desta forma, defini o marco teórico e conceitual da discussão cuja divisão dos capítulos será apresentada da seguinte forma. O primeiro capítulo tratará da questão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Não tenho a pretensão de fazer uma história da questão urbana no Rio, mas analisar principalmente como as escolhas de planejamento urbano contribuiu para engendrar um tipo de segregação espacial na geografia da cidade, criando dicotomias: favela e asfalto, e centro e periferia. Este processo teria gerado uma desigualdade nas oportunidades de acesso aos bens coletivos de cidadania (saúde, educação, trabalho, saneamento básico, segurança e moradia). Vamos ver como o processo de favelização e periferização da cidade é resultado das políticas públicas espoliativas e contraditórias, e os efeitos diretos e indiretos sobre as populações mais pobres.

No segundo capítulo discutiremos a questão da cidadania no Brasil a partir da Constituição de 1988. Minha intenção é discutir a partir de um marco teórico onde a cidadania passa pelas novas formas de organização social e seus novos atores. A proposta é analisar como a cidadania inscrita nas formas normativa e jurídica do Estado são hoje acionadas pelas novas demandas e desafios que a vida no espaço urbano impõem sobre os indivíduos, fazendo com que estes busquem cada vez mais seus direitos garantidos pela Constituição. Levamos em

consideração que a Constituição de 1988 proporcionou avanços significativos para diversos grupos sociais, como a ampliação da oferta de serviços públicos nas favelas e periferias, a melhoria da infra-estrutura urbana, o que Angelina Peralva (2000) chama de “dessegregação”, fato este que talvez explique a tensão social que hoje vivemos. O fato é, o acesso que as pessoas passaram a ter aos bens de cidadania, provocou novas demandas e uma pressão sobre a cidade, exigindo uma maior democratização do espaço urbano.

No terceiro capítulo discutirei a questão da reestruturação produtiva e os impactos no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como sua interface com a reforma do Estado e sua nova dinâmica de gestão pública. Veremos neste capítulo como estão estruturadas iniciativas de geração de trabalho e renda nos espaços populares.

Ao final do terceiro capítulo, apresentarei as experiências de empreendedorismo social que tenho acompanhado, com uma análise crítica destas iniciativas, a fim de verificar suas possibilidades de auto-sustentabilidade e de efetiva geração de trabalho e renda para as pessoas envolvidas, assim como a capacidade destes empreendimentos sobreviverem em um ambiente capitalista. Nesta análise pretendo apontar algumas questões críticas que envolvem estas iniciativas, relacionadas ao lugar sócio-espacial e como a qualidade da cidadania interfere na possibilidade destes empreendimentos terem sucesso ou não.

1.1.

O problema

Desde 1999, quando ainda estava no balcão Sebrae na Rocinha, tenho participado dos programas e projetos de desenvolvimento territorial e empreendedorismo social. Em 2001, fui transferido para a sede do Sebrae/RJ para trabalhar na formulação de projetos sociais, e comecei a participar de reuniões, seminários e cursos de capacitação direcionados para este fim. Um dos conceitos adotados para o desenvolvimento local está baseado nos seguintes argumentos:

“A ênfase do desenvolvimento está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, e não no que elas podem ter. Trata-se

de enriquecer a vida humana com a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais de todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade.” (Jara, 2001, p. 24)

Esta dimensão humana do desenvolvimento abordada por Jara coloca o indivíduo como o agente principal da atuação em territórios, considerando que o desenvolvimento é movido pela necessidade de alcançar um nível satisfatório de bem-estar pela população local. Tânia Barros Maciel (2003) aponta a seguinte questão com respeito ao processo de desenvolvimento *“a idéia de desenvolvimento local consiste em apreender o território na sua globalidade e a engajar a população num processo de transformação que a mobilize”* (p.54).

A leitura de bibliografia específica sobre desenvolvimento territorial, o contato com outros gestores de projetos espalhados pelo Brasil e a participação em seminários me deram condições de lançar um novo olhar sobre as localidades-foco dos projetos e buscar entender o desenvolvimento territorial de uma forma mais abrangente, para além do viés economicista.

Comecei a olhar e entender estes territórios, por meio das relações sociais construídas pelos grupos produtivos organizados a partir de cada local, que envolve dimensões diversas na organização de projetos e atividades, baseando a ação coletiva em valores diversos: culturais, religiosos, políticos, sociais e econômicos. O problema que se coloca é: como estas iniciativas locais enfrentam as desigualdades sociais que resultam de estruturas políticas e econômicas de longa data? Como já disse, a questão não é somente econômica, mas passa por questões de segregação espacial, interdição de uma cidadania mais plena, redução das políticas sociais do Estado, globalização econômica, política e cultural. É um conjunto de fatores que impactam diretamente nas possibilidades de gerar resultados de maior alcance que mude as estruturas existentes. Os efeitos das iniciativas locais ficam muito focados num pequeno grupo, sem conseguir multiplicar-se para outras pessoas e para outros lugares.

Digo isto porque tenho acompanhado de perto as experiências locais de desenvolvimento, através das instituições sociais na Maré, Rocinha e Nova Iguaçu. Nessas minhas andanças tenho conhecido o dia-a-dia das pessoas envolvidas nos projetos, principalmente as iniciativas de geração de trabalho e renda, meu objeto de interesse. Na Maré, são dez grupos produtivos que tenho

acompanhado com esta perspectiva; na Rocinha, um; e em Nova Iguaçu, são mais três.

Estas iniciativas locais, que proporcionam algum tipo de trabalho e renda para seus moradores, interpelam uma face cruel do mercado que exclui das oportunidades de trabalho as pessoas em condições desfavoráveis de acesso aos bens primários de cidadania: educação, saúde, habitação, segurança e assistência social. São pessoas que permanecem na periferia da cidadania. Não quero dizer com isso que é o mercado quem define ou não quem é cidadão, mas percebe-se que as pessoas com maior acesso aos bens de cidadania são aquelas que têm mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Desta forma, o processo de desenvolvimento de um território depende de um conjunto de fatores e particularmente de políticas públicas que viabilizem as condições necessárias de desenvolvimento do capital humano e social local.

Amartya Sen (2000) argumenta que “*O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços*” (p.18). Constatamos, por meio de vasto trabalho de pesquisa sobre as políticas públicas em favelas no Rio de Janeiro, que existem demandas históricas mal atendidas pelas várias iniciativas governamentais voltada para remediar os problemas acumulados nestes locais. Vai daí a necessidade de superar as barreiras estruturais e sociais que dificultam de alguma forma a possibilidade de desenvolvimento local. Nas favelas com mais intensidade, mas também na periferia, muitas iniciativas de organização popular têm apresentado soluções internas a esses impedimentos, criando formas de suprir a ausência do poder público na sua função social: os mutirões comunitários de construção de moradias e limpezas de valas e encostas, a entrega de correspondência por agentes comunitários, as creches comunitárias, etc.

Os grupos que acompanho são formados por mulheres que encontram dificuldades das mais diversas para conseguir um emprego no mercado formal de trabalho. Mais do que limitações pessoais de ter ou não alguma formação profissional, outros fatores como: a distância do local de moradia para os locais onde existem oportunidades de emprego, a violência imposta por grupos armados nesses lugares, serviços precários de saúde e educação. Tais constrangimentos revelam uma desigualdade de acesso aos bens primários de cidadania, que em

grau maior ou menor, destas pessoas interferem nas condições de vida. A razão deste quadro está nas escolhas que o Estado faz na mediação dos interesses dos vários grupos sociais que disputam o acesso à cidade. É um desafio para o Estado ser o gestor dos interesses sociais e do mercado, que cada vez mais se tornam autônomos e impõem condições excludentes aos menos capazes de acionar as liberdades e bens de cidadania para garantir sua participação na renda nacional.

Neste contexto atual de desemprego e de baixa capacidade do Estado de intervir nesta situação, as instituições locais e as ONGs têm assumido um papel na esfera de ações de cidadania social e de iniciativas de geração de trabalho e renda. Surge daí o conceito de empreendedorismo social definido por Francisco Paulo de Melo Neto e César Froes (2002) como:

“Neste caso, o negócio vem a reboque do social e torna-se um subproduto dele. Não é mais o negócio que investe no social. Mas, o social que se ‘empresariza’ e gera novos negócios que, por sua vez, garantem a sua sustentabilidade global e o desenvolvimento da comunidade em totalidade. É o que chamamos de ‘negócio do social’.”

“Nesta perspectiva, o empreendedorismo social, alicerçado nos valores da cidadania, surgiu como um avanço, uma nova proposta de desenvolvimento social. É algo que só pode ocorrer mediante a intermediação da sociedade, por ser esta o motor da atual ativação, em colaboração com a administração pública, e a principal responsável pelo direcionamento de comportamentos empreendedores.” (p.16-17)

Na busca de soluções para a nova questão social, que é o desemprego estrutural de parcelas significativas da população, principalmente da mais pobre, as ONGs e outras instituições que atuam na área social buscam empreender em atividades produtivas que possam gerar alguma renda para uma população desempregada. No ambiente das regiões de baixo IDH as iniciativas mobilizam pessoas que estão em situação precária e com dificuldades de conseguir algum trabalho. O que estas iniciativas oferecem é um abrigo temporário para um pequeno grupo de excluídos, que não consegue entrar ou retornar ao mercado de trabalho formal.

Segundo Gohn (2006) a cidadania é o ponto de diferenciação no moderno conflito social:

“Esse conflito diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um status rico e integral de

cidadania. Isso significa que a cidadania, por ser um conjunto de direitos e obrigações, é um contrato social, que varia com o tempo. Esse contrato deve ser público e universal, não pode ser oferecido no mercado, e envolve os direitos civis – considerados decisivos no mundo moderno –, políticos e sociais. A pobreza persistente e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania.” (p.289)

Destaco dois aspectos do texto acima: *A pobreza persistente e o desemprego continuado por longos períodos são as novas questões da cidadania.* Pode ser novo no debate atual, mas para boa parte das pessoas que moram nas favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio, estas condições têm sido a tônica de suas vidas. É provável que agora tenha se tornado mais evidente com a crise do Estado e a reestruturação do mercado produtivo, que explicitou ainda mais as desigualdades entre os diversos grupos sociais. Um outro aspecto da cidadania abordado pela autora, é a questão do direito civil, que tem sido um dilema, nos grandes centros urbanos, onde a violência tem atingido níveis altíssimos de vítimas fatais, colocando em xeque este aspecto fundamental da própria democracia.

Neste contexto, a cidadania social enfatiza que os pré-requisitos de igualdade sejam garantidos e efetivados por meio de um conjunto de ações que viabilizem esta igualdade de acesso aos bens coletivos: saúde, educação, moradia, segurança, saneamento básico, todos os serviços públicos oferecidos com qualidade e quantidade suficiente para seus cidadãos. Sem estes pré-requisitos atendidos não será possível garantir a igualdade de exercício da cidadania. Esta questão pode parecer nova, mas são aspectos fundamentais, que historicamente verifica-se que nunca foram disponibilizados de forma universal (Carvalho, 2001).

Com uma simples visita a qualquer favela da Região Metropolitana do Rio ou nos bairros populares da periferia não é possível constatar a insuficiência de serviços públicos nestes lugares, o quanto isto interfere na vida de seus moradores. Conversei com alguns moradores das localidades onde visitei por conta dos projetos do Sebrae/RJ, e pude constatar como o nível de cidadania é baixo. As pessoas mal conseguem definir o que é ser cidadão, desconhecem seus direitos mais simples: como dar entrada na aposentadoria, de como se cadastrar no Programa do Bolsa Família. Se somarmos estes aspectos com a infra-estrutura dos

serviços urbanos, veremos que a cidadania exercida pelos moradores nestes lugares é periférica e parcial.

1.2.

Um breve olhar sobre os lugares de referência da pesquisa

A Maré é um (bairro), complexo formado por 17 favelas. Segundo Jailson de Souza e Silva (2003), o núcleo original era formado por seis comunidades fronteiriças: Morro do Timbau, Parque União, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré. O autor destaca que na década de 1980, quatro novas comunidades foram criadas por iniciativa do Governo Federal: Vila Pinheiros, Vila do João, Conjunto Pinheiros e Conjunto Esperança. Na década de 1990, mais três comunidades são incorporadas a Maré: Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Salsa e Merengue. As comunidades de Marcílio Dias, Roquete Pinto e Praia de Ramos passaram a integrar o Complexo da Maré, quando foi criada a 30ª Região Administrativa, que abrange as 16 comunidades da Maré e do seu entorno. A Maré, localizada entre a Avenida Brasil, Linhas Amarela e Vermelha, tem uma população de 113.807 habitantes (Instituto Pereira Passos – dados de 2000).

Fui à Maré pela primeira vez em 2004, a convite de dois amigos da faculdade para conhecer o Ceasm². Não posso negar que fui com um pouco de medo, influenciado pelas manchetes de jornais que noticiavam quase todos os dias algum problema de violência relacionado com aquela comunidade. Além das manchetes dos jornais, eu já tinha conhecimento que a Maré era dominada pelas três facções de tráfico de drogas: Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando (TC), que impõem aos moradores limites de circulação interna e segregação entre as comunidades. Fiquei imaginando como seria esta relação com uma pessoa de fora.

Segundo o relato de vários moradores e lideranças comunitárias: um morador da comunidade de Nova Holanda, que é dominada pela facção do Comando Vermelho, não pode ir à comunidade da Vila do João, que, por sua vez

² O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm é uma ONG fundada por moradores para trabalhar com projetos de educação. Site: www.ceasm.org.br.

é dominada pela facção do Terceiro Comando. No entanto, alguns moradores e lideranças comunitárias dizem que isto não é bem assim; somente se aplica às pessoas que têm envolvimento com a “coisa errada”.

Ainda segundo algumas fontes com as quais conversei, esta proibição de circulação de pessoas de uma comunidade para outra é direcionada principalmente para os presidentes das associações de moradores, que o tráfico tenta controlar. Conversei com três presidentes de associações de moradores de três comunidades da Maré e um deles disse uma coisa interessante: *“Cada pessoa é uma pessoa. Os traficantes sabem com quem eles querem mexer”*. Um professor que dá aulas num pré-vestibular comunitário na Maré me disse o seguinte: *“Zé Luiz, eu ando a Maré de uma ponta a outra e ninguém nunca mexeu comigo ou me proibiu de passar nas “fronteiras” de uma comunidade para outra. Eles sabem quem ‘eu’ sou.”*.

Logo aprendi uma lição na Maré: quando chego à comunidade e encontro com alguém, eu devo dizer na rua e em voz alta que estou indo em determinado lugar para falar com determinada pessoa. A comunidade deve saber o que estou indo fazer ali, e que sou uma “visita”.

Entrar numa favela e ser bem recebido é como entrar numa casa, o ritual é semelhante, alguém que mora na casa ou que conhece os moradores deve ser o intermediário desta aproximação/apresentação. Como informei no início, a Maré é formada por 16 comunidades, cada uma com sua associação de moradores independente. Fato que já configura uma situação que requer um pouco de habilidade de escolher por onde e com quem entrar. O Ceasm é uma das muitas instituições que atuam na Maré, e foi por intermédio desta instituição que iniciei o contato com um grupo de costureiras e artesãs chamado “Marias Maré”. No terceiro capítulo me deterei em detalhar um pouco mais sobre este grupo. Por ora, basta saber que ele é apoiado pelo Ceasm como uma iniciativa local de requalificação profissional e de geração de trabalho e renda.

Em 2005, o Sebrae/RJ iniciava na Maré um projeto com objetivo de apoiar as iniciativas locais de empreendedorismo. Por meio de indicação de lideranças da comunidade identificou-se na época 14 grupos produtivos com o objetivo de geração de trabalho e renda para as pessoas das comunidades. Cabe uma observação: em função da divisão interna das comunidades pelas facções do tráfico de drogas, o projeto ficou direcionado para algumas comunidades: Vila do João, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro e Vila

Pinheiros. Esta escolha foi feita pelas lideranças locais, que consideraram suas possibilidades de circulação, já que os mesmos representavam, na época, suas instituições num fórum³ organizado pela Lamsa S.A. – empresa responsável pela administração da Linha Amarela.

Tanto o projeto em parceria com o Sebrae/RJ quanto o fórum ficaram submetidos às regras locais. As reuniões e os cursos eram feitos em locais considerados neutros para que as lideranças pudessem participar. Aos poucos, fui descobrindo o jogo de palavras e de poder entre as lideranças. Havia uma disputa enorme entre os líderes das instituições para mostrar maior importância de sua instituição em detrimento das outras. Este aspecto dificultou bastante tanto o projeto, do Sebrae quanto o andamento do fórum.

Neste sentido, cada um buscava se apresentar de uma forma que legitimasse sua importância como líder comunitário, visando o reconhecimento de seus pares. O ritual de apresentação, algumas características são acionadas para estabelecer uma diferenciação entre elas, tais como: “eu sou morador da Maré há tantos anos”, “eu sou o presidente da associação de moradores da comunidade X”, “eu participei de Y conquistas para comunidade”, “minha instituição conseguiu tal benefício para comunidade”, etc. Esta gradação do ser e fazer coisas serve para demonstrar a capacidade de cada líder de mobilizar o sistema relacional dentro e fora da favela. Notei que este ritual se repetiu quase que sistematicamente nas 12 reuniões do fórum que participei. Isso se explica pelo fato de que em cada reunião do Fórum da Maré havia pessoas “de fora”. Desta forma era preciso que o ritual se repetisse para que o visitante soubesse que ali estavam pessoas importantes para a Maré e não um morador comum, e que cada um ali representava um potencial caminho de relacionamento com a comunidade.

Um outro elemento importante é que nestas reuniões o morador, o indivíduo comum, não participa, pois nesta estrutura social são os líderes comunitários que os representam, colocando-se como porta-vozes de interesses e necessidades comuns.

³ A Lamsa S.A. – empresa que administra a Linha Amarela apóia vários projetos sociais nas comunidades que são cortadas pela via expressa. Na Maré, a Lamsa estava apoiando um fórum local de desenvolvimento com objetivo de construir projetos em parceria com as instituições da localidade. As reuniões do fórum eram realizadas uma vez por mês, e sempre numa comunidade diferente. As reuniões eram uma espécie de desabafo das comunidades pelo abandono do poder público, principalmente no item violência policial. Acompanhei as reuniões do fórum por quase um ano, nenhuma ação concreta foi realizada pelas lideranças. Este fato esvaziou as reuniões até o fórum acabar.

Como já assinalei, trabalhar na Maré nos submete às regras do lugar. Eu precisei aprender a conviver com estas condições. Sigo uma orientação dada pelos moradores *“após as 17h é mais perigoso ficar andando de um lado para o outro”*. Desta forma, procuro fazer minha agenda de trabalho respeitando esta realidade. Eu sempre faço o trajeto a pé de uma comunidade para outra. Prefiro que as pessoas me vejam andando pela comunidade, de forma que já consigo reconhecer e ser reconhecido por algumas pessoas nas várias comunidades que preciso ir.

A cada vez que vou à Maré me deparo com um fato estranhamente corriqueiro em algumas comunidades, vejo pessoas armadas que não são policiais, ou vejo a polícia transitando em carros com armas para fora da janela, ou a pé com as armas apontadas para todas as direções. Na sexta-feira, dia 10 de agosto de 2007, às 15h45, o núcleo da Ação Comunitária do Brasil - ACB na Vila do João, estava lotado de jovens e crianças que participavam das atividades educacionais. Eu estava na oficina de cerâmica com duas consultoras do Sebrae/RJ e discutíamos com o grupo uma forma de organização e de gestão. Começou um tiroteio e ficamos todos apreensivos. As ceramistas chamaram suas crianças para dentro da oficina, mas Rita, uma das ceramistas, se preocupou com seu neto que estava na escola. Dona Alcenira, a coordenadora do núcleo e moradora da Maré desde criança, mandou fechar os portões e pediu para que os professores acalmassem os alunos. As consultoras, que estavam muito assustadas, me perguntaram o que faríamos, eu respondi *“vamos esperar para ver o que as pessoas da comunidade vão fazer, nós faremos o mesmo”*.

Um rapaz que trabalha na ONG veio lá de fora com a notícia de que *“um amigo foi morto”*, *“o tráfico mandou fechar tudo”*. O desespero tomou conta das pessoas. Dona Alcenira chamou os professores e pediu que eles só liberassem as crianças com algum responsável, e os alunos que não tivessem a companhia de um responsável, os próprios professores levariam em casa. Um outro rapaz chega avisando que o tiroteio é na Vila Pinheiro. Saímos junto com os moradores e tomamos a direção da Avenida Brasil. O cotidiano destas pessoas é este. A violência determina a dinâmica social do lugar. Na semana seguinte retorno ao ateliê de cerâmica e conversando com as ceramistas uma delas disse o seguinte: *“é muito difícil para gente ter criatividade com o tiro comendo à solta à nossa volta. Nessa hora eu só penso nos meus filhos”*.

Em conversa com uma artesã de um grupo localizado na comunidade de Nova Holanda, ela me conta que os clientes não vão até o ateliê delas porque acham muito perigoso o lugar. Então elas levam o mostruário das peças até os clientes para que eles escolham os produtos. Eu mesmo, quando tenho que visitar este grupo, eu ligo antes para saber se está tudo calmo. Tenho receio de ir à Nova Holanda, porque ali já vi algumas pessoas armadas e o pessoal do tráfico fica bem próximo da sede da ONG. No dia 16 de junho de 2007, estava numa reunião no Observatório de Favelas⁴, que fica no início da Rua Teixeira Ribeiro, uns cinquenta metros da Avenida Brasil, estava com algumas lideranças da Maré por volta das 17h, de repente ouvimos um morteiro de 12 tiros; era o sinal de que a polícia estava chegando, nos informou Bira, um fotógrafo que trabalha no Observatório de Favelas. Logo a seguir um tiroteio pesado tomou conta da rua. Junto com os tiros ouvíamos os gritos das pessoas na rua. Os líderes locais começaram a fazer ligações de celulares e obter informações do que estava acontecendo.

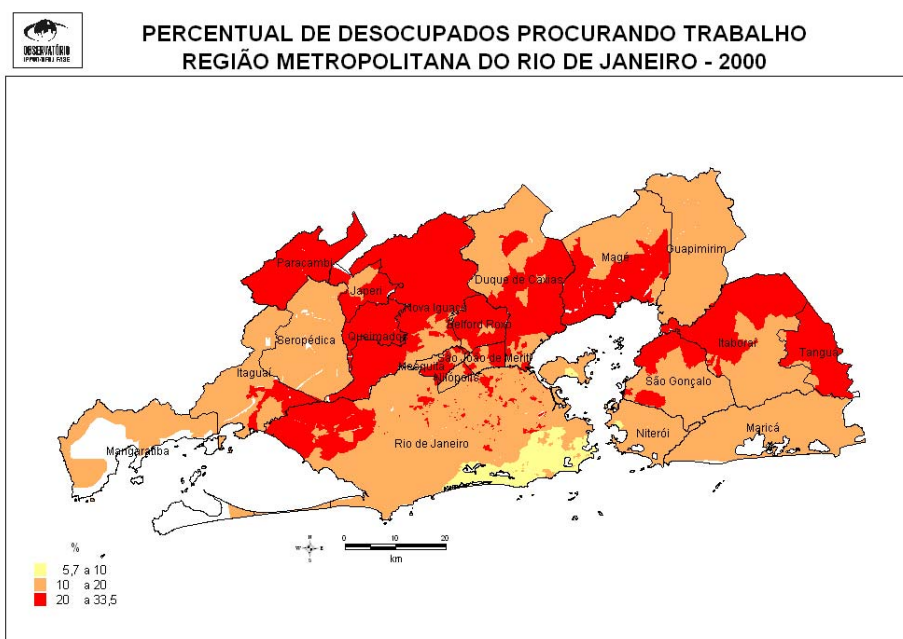
Por volta das 17h30 conseguimos sair às pressas. Já sabíamos que o “caveirão”, carro blindado usado pela polícia militar para entrar nas favelas cariocas estava chegando. A entrada deste carro nas favelas, geralmente tem provocado inúmeras baixas de pessoas inocentes. Os traficantes reagem com tiros de fuzil. Nunca tinha passado por uma situação desta, apesar de ter morado 38 anos na favela da Rocinha. Na Maré, a polícia é muito mais violenta. Assim como os traficantes também. Nesta hora senti muito medo pelo que poderia acontecer comigo e com as outras pessoas que estavam ali dentro do Observatório. Fiquei preocupado também com as pessoas que estavam na rua. É difícil descrever a sensação.

A vida no Complexo da Maré em toda sua dimensão: política, econômica, social, cultural, de saúde, educação, segurança pública, etc., interpela a proposta de um Estado democrático e republicano. Fica aqui nesta introdução uma pergunta: se a Maré é um bairro da cidade, por que o Estado de Direito não se concretizou ainda neste lugar e em outras favelas e espaços populares?

⁴ O Observatório de Favelas foi criado em 2001 por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares. É uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na resignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. www.observatoriodefavelas.org.br.

No Complexo da Maré existem muitos órgãos públicos, como escolas, postos de saúde e uma Região Administrativa do Município, entre outros; mesmo assim, o Estado não conseguiu transformar a sua presença na Maré numa garantia de integração à cidade legal. É difícil viver num lugar onde não existe uma ordem pública, onde o medo impera, onde a qualquer momento a violência do tráfico, da milícia ou da própria polícia toma conta da rua. Esta fragilidade e instabilidade de uma segurança pública estatal colocam em risco qualquer proposta de construção de cidadania, pois os moradores do Complexo da Maré se vêem interditados de se apropriarem desta cidadania por meio das instituições do Estado.

Meu outro campo de pesquisa é em Nova Iguaçu. Neste município da Baixada Fluminense o Sebrae/RJ também atua com grupos produtivos e ONGs que organizam projetos de geração de trabalho e renda. No mapa abaixo podemos fazer uma comparação com as outras áreas da RMRJ que estamos analisando neste estudo: Rocinha e Maré. Prevalece nestas áreas um tipo de trabalhador não-especializado, principalmente as empregadas domésticas que, quanto mais afastados estão dos núcleos formados pelos trabalhadores de nível superior, se vêem isolados das oportunidades de trabalho. Fui conhecer um grupo de mulheres no bairro Novo Olímpo – KM 32 da Estrada Velha de Madureira. O grupo procurou o Sebrae/RJ e pediu nosso apoio para que pudesse participar de feiras e encontros de negócios, e no mercado de moda.



Marcamos a visita ao grupo, a referência no Km 32 é o caldo de cana do “Genésio”. Do centro de Nova Iguaçu até lá levamos uma hora de carro. Em frente ao caldo de cana, encontramos uma moça montada numa bicicleta com uma criança pequena na garupa. O tempo estava nublado e frio; pelo jeito, ali já havia chovido. A moça da bicicleta pediu que nós a seguíssimos. Entramos por um caminho de terra batida já enlameada pela chuva recente ou de outros dias. Ela era ágil em desviar das poças enormes de água. Nós no carro não tínhamos a mesma habilidade e o carro patinava na lama. Enfim, após cerca de um Km chegamos a um Ciep no meio do matagal. Lá encontramos reunidas 22 mulheres, todas animadas com a expectativa da nossa chegada. Fomos recebidos com um lanche maravilhoso, tudo feito por elas. Inicialmente, foi difícil compreender o motivo de tanta alegria daquelas mulheres com a nossa chegada. Mas aos poucos fui compreendendo. Conversando com elas, uma delas soltou a seguinte frase – *“alguém se importa ‘com nós’”*.

O bairro fica na periferia de Nova Iguaçu, é um loteamento que tem 11 anos de existência com uma infra-estrutura muito precária, onde as ruas não têm calçamento nem iluminação pública. A ausência de oportunidade de trabalho e as dificuldades impostas pela distância do bairro ao centro de Nova Iguaçu, fizeram com que este grupo de mulheres ligadas a uma igreja evangélica local criasse uma ONG: Centro de Apoio e Valorização da Mulher – Cavam. A líder do grupo, Dona Cátia, conta que é muito difícil para elas conseguirem emprego “na casa das madames na zona sul do Rio”, pois, as patroas não aceitam pagar a diária de R\$ 50,00, e mais os R\$ 16,00 de passagem que elas gastam para ir e voltar. Sem contar que para chegar do bairro Novo Olímpo a Copacabana, por exemplo, leva-se em média três horas de viagem para ir e mais três horas para voltar.

O mesmo ocorre com os maridos dessas mulheres, que encontram as mesmas dificuldades semelhantes para conseguir emprego fora do município de Nova Iguaçu: as empresas só pagam uma passagem de ida e volta. Atualmente uma passagem de ônibus custa R\$ 2,10; como já vimos o gasto de passagem para sair deste bairro na periferia de Nova Iguaçu e chegar ao Centro do Rio custa em média entre R\$ 4,00 a R\$ 6,00; e é o mesmo valor para retornar.

Desta forma, a taxa de desemprego entre os moradores deste bairro é altíssima. Dona Cátia não se conforma com esta situação de descaso das autoridades do município com os moradores do bairro, pois não há nenhum

investimento naquela região que possa dar alguma esperança de oportunidade de trabalho. Ela também reclama do loteador que quando vendeu os lotes para ela e parentes, disse que ali seria uma área de investimento da prefeitura. Muito pouco foi feito de investimento público nesta periferia daquela cidade. Nova Iguaçu é classificado como um município da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, então, como classificar este bairro? Uma sub-periferia talvez.

Fui conhecer outro projeto em Nova Iguaçu, no bairro Cerâmica. Este bairro também fica na periferia do município. Para chegar até lá é preciso sair do centro urbano da cidade e pegar a Via Dutra, uma rodovia federal que liga Rio de Janeiro a São Paulo; de carro leva-se cerca de 40 minutos do centro de Nova Iguaçu até lá. O bairro é formado praticamente de casas populares. Recentemente a Prefeitura iniciou obras financiadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com recursos repassados pelo Governo Federal. Está sendo feito calçamento das ruas e melhorias de saneamento. Neste bairro encontra-se uma cooperativa de artesãs e costureiras, o grupo Trama e Raiz. É fruto de uma iniciativa da ONG Brasil/Itália que possui sede em Nova Iguaçu e tem como principal objetivo apoiar o desenvolvimento de jovens em situação de risco. Em agosto de 2005, a ONG iniciou cursos de capacitação para mães destes jovens e meninas já mais adolescentes. O centro de capacitação da ONG proporcionou cursos de corte e costura, tear, desfibramento da bananeira e outras habilidades técnicas. A iniciativa cresceu e consolidou com as mulheres um grupo de produção. A ONG apoiou o grupo com a construção de um espaço de produção em um terreno vizinho à sede da ONG, legalizou a cooperativa, financiou capital de giro para a primeira produção e para compra do mobiliário e maquinário, basicamente máquinas de costura e teares manuais. Hoje, são 28 mulheres envolvidas com a produção. Destas, 16 mulheres trabalham diretamente no espaço produtivo e as outras em suas casas. Desfibram bananeira, fazem crochê, bordado, cortam e costuram com este material. Os principais produtos são da linha de decoração e se concentram em almoçadas e jogos americanos.

Apesar de todo apoio dado ao grupo, as mulheres vêm enfrentando dificuldades de inserção no mercado, pois elas não dominam os mecanismos de negociação e as lógicas de mercado. A baixa escolaridade das mulheres dificulta a autogestão da cooperativa. Existe uma necessidade de investir no aumento de

escolaridade dessas mulheres para que elas possam, no futuro, assumir a gestão da cooperativa e se tornarem empreendedoras autônomas.

Estes fatores citados acima impactam na manutenção deste grupo, e sinalizam para a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para mulheres.

Minha próxima parada é na Rocinha. Localiza-se entre dois bairros de alto nível de renda⁵: Gávea e São Conrado. Em 1990, foi transformada em bairro por um decreto da Prefeitura, criando 27ª Região Administrativa. A Rocinha começou a ser ocupada ainda na década de 1920. Mas sua expansão ocorreu nos anos de 1960, com a remoção de outras favelas da zona sul da cidade e com a chegada dos imigrantes que vieram buscar uma melhor oportunidade de trabalho. A Rocinha tem três associações de Moradores: a mais antiga, União Prò-Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR; a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcellos – Amabb; e a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Vila do Laboriaux.

Sobre sua população existe uma dúvida quanto aos números apresentados pelo último Censo de 2000. No banco de dados do Instituto Pereira Passos consta de que a Rocinha tem uma população de 56.338 pessoas. Suas lideranças questionam este número, dizendo que a Rocinha tem uma população de 200 mil habitantes. É uma diferença bastante significativa para a formulação de políticas públicas. O governo do estado está fazendo um censo na Rocinha para subsidiar as ações do PAC Social: projetos de educação profissionalizante, projetos na área de cultura, esporte etc., que será implantado junto às obras de infra-estrutura.

Nasci e vivi na Rocinha 38 anos. Além disso, o tema da favela para mim não é novo, já havia trabalhado com ele na minha graduação. Neste sentido, a pesquisa tanto na Maré como na Rocinha me causaram bastante dificuldade epistemológica, quero dizer, precisei exercitar a teoria de Roberto DaMatta (1998) sobre o exótico e o familiar para me ajudar na abordagem teórica e empírica. Durante a pesquisa na Rocinha tive dificuldade de manter uma distância social e

⁵ Segundo André Urani (2008), o nível de desigualdade é tão absurdo que o simples fato de atravessar uma rua que divide o bairro da Rocinha e a Gávea pode significar o seguinte: “oito décadas de desenvolvimento humano separam bairros contíguos como a Rocinha e a Gávea. O que significa, por exemplo, que a esperança de vida ao nascer aumenta ou diminui 13,5 anos cruzando uma rua, ou que a mortalidade infantil é multiplicada ou dividida por 14; a renda familiar *per capita*, por 11; a taxa de analfabetismo de adultos, por 9; o número de anos de estudo completos, por 3etc.” (P.110).

estranhamento com o objeto, que para mim era bem familiar. Sendo assim, na favela da Maré por ser um lugar onde me senti um “forasteiro”, minha tarefa foi transformar o exótico em familiar, isto me trouxe um desafio que intelectualmente considerei mais instigante. Ainda que o argumento de DaMatta diga que o familiar também deve ser transformado em exótico, o autor orienta:

“em ambos os casos, é necessária a presença dos dois termos (que representam dois universos de significação) e, mais basicamente, uma vivência dos dois domínios por um mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los.” (Op. cit, p.28)

Na Rocinha, entro pela Via Ápia, uma das principais ruas de acesso à comunidade. O comércio nesta rua é intenso e diversificado, inclusive de drogas. O Balcão Sebrae fica no nº 8, na sede da Associação Comercial. Nosso primeiro contato foi com o grupo de costureiras e artesãs “Cabe Mais Um”. A líder do grupo, dona Dilma, foi uma das fundadoras da CoopaRoca, a cooperativa mais famosa da Rocinha. Dona Dilma conta que se desvinculou do grupo porque discordava das idéias e propostas de trabalho implantadas no grupo. O grupo atual que Dona Dilma coordena funciona na sede do Centro Comunitário Alegria das Crianças, localizado na Rua do Valão. Chegar até este local não é uma caminhada muito agradável. Entrando pelo Largo do Boiadeiro, lugar caótico, onde barracas de artigos diversos se misturam com várias outras oferecendo carne de porco; carros estacionados de qualquer jeito, lojas tomando conta das calçadas. Seguimos na direção do Valão; logo de cara, nos deparamos com os jovens a serviço do tráfico; o local está constantemente molhado com a água que escorre da encosta e que vaza das casas e prédios. Existe uma vala aberta neste lugar, vem daí o nome. Quando chove fica impossível entrar ou sair deste lugar.

Sáímos da rua e entramos num beco apertado ladeado por um comércio de tudo: farmácia, aviário, biroskas, salão de beleza, *lan house*, uma banca de jogo de bicho, etc. Chegamos ao centro comunitário onde funciona uma creche com subsídio da Prefeitura. Na época, atendia 160 crianças de 0 a 5 anos. Clarice, a coordenadora da creche, destinou uma sala para oficina de capacitação e produção. Neta sala também tem um espaço para exposição e venda dos produtos, inclusive de artesãos autônomos. Este centro comunitário faz parte do roteiro turístico da Rocinha, e recebe quase diariamente a visita de turistas estrangeiros

que são levados pelas empresas que exploram a atividade de turismo em algumas favelas cariocas.

Na oficina, Dona Dilma nos mostra vários produtos que o grupo está fazendo. Ela conta que das mulheres que fazem parte do grupo, oito, querem ter resultado imediato, pois, elas precisam de dinheiro para levar para casa. Das oito mulheres apenas duas trabalham exclusivamente no ateliê, as demais trabalham de doméstica e a atividade no grupo é complementar. A renda média para cada mulher gira em torno meio salário mínimo. Porém, nem todo mês é possível ter esta renda. O grupo se sustenta pela produção e venda de seus produtos. As dificuldades na relação com o mercado são as mesmas dos outros grupos, em menor ou maior grau. Diferentemente das mulheres dos grupos da Maré e de Nova Iguaçu, as mulheres deste grupo da Rocinha conseguem com mais facilidade algum emprego de doméstica/diarista. Mas elas também apresentam um perfil social parecido com as outras, têm baixa escolaridade, moram numa comunidade dominada pelo tráfico de drogas, e dependem de creche para deixar seus filhos.

Nestas minhas andanças pela Maré, Rocinha e Nova Iguaçu, se impuseram três questões que interferem diretamente na vida das pessoas que moram nestes lugares: 1) A construção social do lugar e a sua relação com a cidade; 2) Qual cidadania é possível construir a partir dos lugares sociais que essas pessoas ocupam?; 3) Quais as alternativas de geração de trabalho e renda para essas pessoas?

O espaço urbano, lugar dos conflitos que ora colocamos em questão, é fundamental para entender os processos de maior ou menor participação das populações mais pobres na vida da cidade, bem como suas reais possibilidades de construção e no exercício da cidadania. Este aspecto do território é determinante no acesso aos bens de cidadania.

Meu trabalho pretende discutir as práticas sociais que constroem o espaço urbano, suas formas de segregação e de impedimento de participação na vida da cidade, onde a cidadania é mediada por relações muitas vezes fora do marco legal e normativo do Estado. Por outro lado estes dois primeiros aspectos interferem diretamente nas oportunidades de acesso aos bens de cidadania e ao mercado de trabalho. Baseado numa literatura que converge para estas questões e na vivência que minha experiência profissional marcou, tentarei qualificar minha hipótese de

trabalho neste debate que já iniciei, sobre a construção de uma cidadania que se realiza a partir das iniciativas locais de geração de trabalho e renda e de luta pela participação na cidade, revelando que é a partir do território que as pessoas têm procurado alternativas de participação social e de inserção no mundo do trabalho.